

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 31/2024, em que são recorrentes **Ednilson Vaz dos Reis** e **Edmilson Mendes Tavares**, e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 85/2024

(Autos de Amparo 31/2024, Ednilson Vaz dos Reis e Edmilson Mendes Tavares v. STJ, inadmissão por falta parcial de aperfeiçoamento de deficiências de que o recurso padecia e ausência de pedido de reparação)

I. Relatório

1. Os Senhores Ednilson Vaz dos Reis e Edmilson Mendes Tavares, vêm, nos termos do artigo 20 da Constituição da República e da Lei n. 109/IV/94, de 29 de outubro, requerer recurso de Amparo Constitucional de direitos de sua titularidade, por violação do direito à liberdade, direito a não ser mantido em prisão preventiva para além dos prazos previstos pela lei e do direito ao *habeas corpus*, e, nos termos do artigo 11 da Lei do Amparo, medidas provisórias, fundando-se em razões que sumarizam da seguinte forma:

1.1. Iniciam a sua peça:

1.1.1. Identificando o ato judicial recorrido e os seus alegados autores, respetivamente, o *Acórdão 175/2024, de 16 de agosto*, e o STJ, e os parâmetros de escrutínio, respetivamente o direito à liberdade sobre o corpo, o direito ao *habeas corpus* e o direito a não se ser mantido em prisão preventiva fora do prazo legal;

1.1.2. Alegam que ninguém fica prejudicado com a interposição deste recurso.

1.2. Pedem que o Tribunal Constitucional adote medidas provisórias urgentes, nos termos do artigo 11 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, mandando que os requerentes sejam restituídos imediatamente à liberdade, com base em argumentos que articulam do seguinte modo:

1.2.1. Seriam ainda muito jovens, arguidos primários, sem antecedentes criminais e bem integrados socialmente;

1.2.2. O processo pelo qual foram presos constituiu um caso único e (isolado), nas suas vidas;

1.2.3. O interesse público na manutenção da prisão preventiva é, neste momento, reduzido, tendo em conta que já estão presos há dois anos;

1.2.4. Não haveria riscos de continuação da atividade criminosa, porque os arguidos já ganharam a consciência de que o crime não compensa.

1.3. Quanto as razões de facto que fundamentam o pedido de amparo:

1.3.1. Alegam que foram detidos no dia 02 de junho de 2022, por agentes da Polícia Nacional, em cumprimento do mandado de busca domiciliária autorizado pelo Tribunal da Comarca do Tarrafal;

1.3.2. No mesmo dia foram apresentados ao juiz, que lhes aplicou prisão preventiva, situação em que se encontram, pelo que a referida data marca o início da contagem do prazo previsto no artigo 280 do CPP e para efeitos de contagem dos prazos do artigo 279 do CPP;

1.3.3. Acrescentam que o processo não foi declarado de especial complexidade;

1.3.4. Afirmam ainda que foram julgados no dia 05 de junho de 2023, mas que, após conhecimento da sua condenação pela primeira instância, interpuseram recurso para a Relação, órgão judicial que, por meio do *Acórdão N.19/2024, de 29 de janeiro*, julgando parcialmente procedente os pedidos, condenou-os, mas reduziu substancialmente as suas penas;

1.3.5. Alegam que, novamente inconformados com o douto aresto do TRS, insurgiram-se contra essa decisão, dirigindo um recurso de fiscalização concreta a este Tribunal Constitucional, o qual ainda se encontraria pendente no TRS;

1.3.6. Até à data em que suplicaram *habeas corpus* ainda não tinha sido proferida nenhuma decisão condenatória, transitada em julgado. Logo, que, a partir do dia 03 de

agosto de 2024, eles se encontrariam presos de forma ilegal, porque fora ultrapassado o prazo de prisão preventiva de vinte e seis meses sem que tenha havido condenação com trânsito em julgado, segundo o artigo 279, alínea e), do Código de Processo Penal;

1.3.7. Sendo esta a razão de terem subscrito uma providência extraordinária de *habeas corpus*, que o STJ indeferiu, argumentando que, por os recorrentes terem interposto um recurso para o Tribunal Constitucional, o prazo de prisão preventiva aumentara seis meses, passando para trinta e dois meses.

1.4. Do ponto de vista do direito, asseveram que:

1.4.1. O STJ chega a essa conclusão, pese embora a omissão legal de remissão expressa que decorre da conjugação da alínea e) do número 1, e do número 4 do artigo 279 do CPP;

1.4.2. Ao ler-se esta disposição, seria evidente que ela não englobaria a alínea e) do número 1 do artigo 279. Ademais, os prazos do número 1 dessa disposição só podiam ser prorrogados em casos fundamentados de especial complexidade do processo, nos termos do número 2 da mesma disposição;

1.4.3. Acrescentam que é o próprio CP que, no número 4 do artigo 1º, dispõe que não é permitido o uso da analogia para qualificar um facto como crime, definir um estado de perigosidade ou determinar a pena ou a medida de segurança que lhes corresponde, projetando-se tal solução do reconhecimento do princípio constitucional da legalidade, e a entendimentos dogmático-penais e constitucionais para os quais remetem;

1.4.4. Por isso, é entendimento deles que a interpretação feita pelo STJ, com o intuito de colmatar omissão da lei, seria inconstitucional, violando “flagrantemente a lei” e agredindo “claramente o n. 4 do artigo 1º do CP e os artigos 31º, n.4, 29º e 36º todos da CRCV”, matéria a respeito da qual o TC já se teria pronunciado, no sentido de que, em relação “a casos de omissão da prática dos atos previstos pelo artigo 279, a consequência automática é a extinção da prisão preventiva”;

1.5. Por isso, para que a justiça seja feita, tornar-se-ia necessário “que os recorrentes sejam libertados por força do artigo 279[,] n.1[,] alínea e)[,] do CPP, por se

ter ultrapassado o prazo de vinte e seis meses sem que tenha havido condenação com trânsito em julgado”.

1.6. Reiteram esses argumentos nas conclusões e pedem que:

1.6.1. O acórdão do STJ que indeferiu o seu pedido de *habeas corpus* seja revogado;

1.6.2. Se reconheça os seus direitos ao *habeas corpus* e a serem libertados por esgotamento de prazo;

1.7. Requerem ainda que o STJ seja oficiado para juntar aos autos a certidão de todo o processo de “recurso” de *Habeas Corpus n. 44/2024*, caso seja necessário para avaliação e decisão do recurso de amparo constitucional, e dizem ter juntado aos autos, procuração forense, duplicados legais e mais um documento.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei n.º 109/IV/94 de 24 de outubro, foram os autos com vista ao Ministério Público, para emissão de parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito o Exmo. Sr. Procurador Geral da República, o qual articulou os seguintes argumentos:

2.1. O recurso evidenciaria ser tempestivo, uma vez que o acórdão impugnado, porta a data de 12 de agosto e o recurso terá dado entrada na secretaria do Tribunal no dia 09 de setembro, portanto dentro do prazo dos 20 dias estatuído por lei.

2.2. Os recorrentes teriam cumprido o requisito de legitimidade, por serem as pessoas direta, atual, e efetivamente afetadas pela decisão do Acórdão ora recorrido que não atendeu às suas pretensões.

2.3. Todos os meios ordinários de defesa dos direitos, liberdades e garantias teriam sido esgotados, uma vez que a decisão posta em causa foi proferida pelo STJ, que é o órgão superior da hierarquia dos tribunais judiciais.

2.4. Conclui que apenas haveria dúvidas quanto ao preenchimento do requisito estatuído no artigo 3º, número 1, alínea c), conjugado com o artigo 16, ambos da Lei de Amparo, na medida em que a violação deverá ser expressa e formalmente invocada no processo logo que o ofendido dela tenha tomado conhecimento e que dela tenha requerido

a sua reparação. Porém, não decorreria dos autos e sequer os recorrentes alegam que, ao tomarem conhecimentos das alegadas violações, invocaram-nas no processo, junto àquele Tribunal e que requereram a reparação de tais violações de forma expressa e formal, em contramão com o estipulado no citado artigo.

2.5. Concluiu por essas razões que o amparo constitucional não preenche os requisitos exigidos na Lei de Amparo, pelo que devia ser indeferido liminarmente.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 27 de setembro de 2024, nessa data se realizou, com a participação dos Juízes-Conselheiros Efetivos e, por força da ausência justificada do Venerando JC Aristides R. Lima, da Eminente Juíza Constitucional Substituta Rosa Martins Vicente, além do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

3.1. O julgamento culminou com a adoção do *Acórdão 78/2024, de 02 de outubro, Autos de Amparo 31/2024, Ednilson Vaz dos Reis e Edmilson Mendes Tavares v. STJ, Aperfeiçoamento por deficiente indicação das condutas impugnadas, omissão de junção de documento essencial à aferição da admissibilidade do pedido*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 97, 17 de outubro de 2024, pp. 2079-2084, por intermédio do qual os Juízes Conselheiros que compõem o Tribunal Constitucional decidiram determinar a notificação dos recorrentes para que:

3.1.1. Aperfeiçoassem o seu recurso de amparo, não só identificando com o máximo de precisão a(s) conduta(s) que pretendem que o Tribunal escrutine, confirmassem se da decisão do Egrégio STJ à qual atribuíram a violação de direitos de sua titularidade, pediram reparação, e, caso afirmativa a resposta, identificassem a decisão que sobre ele recaiu e carreassem para os autos, este e outros documentos, nomeadamente os que permitam identificar a data em que lhes foi aplicada medida de coação de prisão preventiva e o dia da comunicação oficial do eventual acórdão que decidiu o seu pedido de reparação;

3.1.2. A decisão foi notificada aos recorrentes no dia 07 de outubro, que, em resposta à mesma, submeteram, no dia 09 de outubro uma peça de aperfeiçoamento do seu recurso, acompanhada de nota com o intuito de demonstrar que tinham requerido ao STJ a emissão da cópia dos autos de providência de *habeas corpus* n.º 44/2024;

3.1.3. Que, no dia 11 de outubro, foi incorporada aos autos juntamente com outros documentos.

4. Marcada a sessão de julgamento para o dia 17 de outubro de 2024, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados infra.

II. Fundamentação

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho,*

Amândio Vicente v. TRS, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma

categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como

uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).”.

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição;

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar

através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo ela própria eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação;

2.3.4. Mais especificamente, dispondo a Constituição que a tramitação do amparo deve ser baseada no princípio da celeridade, as condições para tanto devem começar a ser criadas pelos próprios jurisdicionados apresentando devidamente as suas peças, calibrando a extensão da sua argumentação, precisando os elementos nucleares do recurso em termos de identificação de conduta atribuível a poder público, indicação dos parâmetros de escrutínio e definição do amparo pretendido, a tríade que compõe a estrutura vital deste recurso. Sendo certo que em relação aos derradeiros, a legislação de processo constitucional aplicável – neste caso, o artigo 24, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data* – permite a esta Corte suprir deficiências de indicação de parâmetros e amparos, além de ser um risco que, desnecessariamente, o recorrente não deve assumir, posto que se trata de ato discricionário do Tribunal (note-se, num caso e no outro, a utilização da expressão “pode”) – que utilizará quando entender justificado e conveniente – isso, a) consome sempre muito mais tempo; b) desvia a atenção individual dos juízes de outros aspetos da aferição de admissibilidade; c) aumenta a carga de esforço do Coletivo em arbitrar ele próprio parâmetros e amparos. E, d), no mínimo, pode resultar no adiamento da apreciação do pedido de amparo, se não na sua inadmissão;

2.3.5. Na situação vertente, pode-se dizer que, no geral, os recorrentes, além de terem apresentado a sua peça na secretaria deste Tribunal, indicando expressamente que se tratava de um recurso de amparo, incluíram uma exposição das razões de facto que a fundamentam e integraram um segmento conclusivo resumindo por artigos os fundamentos de facto e de direito que suportam os seus pedidos;

2.4. Contudo, o recurso apresentado pelos recorrentes padecia de certas imperfeições, especialmente porque o Tribunal não conseguiu ter a certeza sobre a extensão das condutas que eles pretendiam impugnar, se se pediu reparação da decisão do Egrégio STJ à qual atribuíram a violação de direitos de sua titularidade, e porque não haviam carreado para os autos documentos que permitissem identificar a data em que lhes foi aplicada medida de coação de prisão preventiva e eventualmente outros;

2.4.1. Destarte, *Acórdão 78/2024, de 02 de outubro, Autos de Amparo 31/2024, Ednilson Vaz dos Reis e Edmilson Mendes Tavares v. STJ, Aperfeiçoamento por deficiente indicação das condutas impugnadas e omissão de junção de documento essencial à aferição da admissibilidade do pedido*, determinou não só que se identificasse com o máximo de precisão a(s) conduta(s) que pretende que o Tribunal escrutine, confirmasse se da decisão do Egrégio STJ à qual atribuíram a violação de direitos de sua titularidade, pediram reparação, e, caso afirmativa a resposta, identificassem a decisão que sobre ele recaiu e carreassem para os autos, este e outros documentos, nomeadamente os que permitissem identificar a data em que lhes foi aplicada medida de coação de prisão preventiva e o dia da comunicação oficial do eventual acórdão que decidiu o seu pedido de reparação;

2.4.2. A admissibilidade de um aperfeiçoamento determinado pelo Tribunal Constitucional em acórdão tirado em sede de recurso de amparo depende de primeiro, a peça protocolada por um recorrente entrar dentro do prazo previsto pelo artigo 17 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*; segundo, de corresponder às injunções feitas pelo aresto;

2.4.3. Dúvidas não subsistem de que a peça de aperfeiçoamento foi oportunamente colocada, haja em vista que, tendo os recorrentes sido notificados no dia 07 de outubro de 2024, protocolou-a dois dias depois, a 09 de outubro deste mesmo ano;

2.4.4. Menos clara é a tempestividade da junção dos documentos determinados pelo acórdão de aperfeiçoamento, posto que vieram a juntar os autos de *habeas corpus* n.º 44/2024, e outros documentos que entenderam pertinente para se aferir a admissibilidade do recurso, só no dia 11 de outubro. Porém, a questão pode ser ultrapassada, já que tendo eles, ainda dentro do prazo, diligenciado no sentido de obter os documentos em falta junto ao órgão judicial recorrido, e não se podendo lhes imputar qualquer atraso na obtenção dos mesmos, a situação em causa sempre conduziria a quadro de justo impedimento. Neste sentido, pode-se considerar como oportuno o aperfeiçoamento promovido pelos recorrentes;

2.5. Todavia no que concerne à(s) conduta(s) que entendem que o Tribunal devesse escrutinar e sobre elas decidir, mantêm-se as mesmas dúvidas,

2.5.1. Pois os recorrentes dizem o seguinte “a) Resposta: violação do direito à liberdade ao abrigo do n.º 1 do artigo 30.º da Constituição da República de Cabo Verde; e garantia a não ser mantido em prisão preventiva para além dos prazos previstos na lei art. 31º nº 4 da C.R.C.V.”;

2.5.2. Porém, se o que pretendia com essa construção era indicar a conduta à qual imputa a violação, o que se faz, na prática, é simplesmente indicar os parâmetros vulnerados, o que não estava em causa;

2.5.3. Sendo esse aperfeiçoamento insuficiente para se determinar a conduta concreta que se almeja que esta Corte escrutine, as dúvidas quanto à conduta impugnada persistem, ficando frustrado, na sua globalidade, o objetivo de aperfeiçoamento (*Acórdão 44/2024, de 29 de maio, Joaquim Tavares Gomes v. Supremo Tribunal de Justiça, Inadmissão por Não-Correção Tempestiva das Deficiências de que o Recurso Padezia*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 56, 17 de junho de 2024, pp. 1323-1328; 4.1; *Acórdão 48/2024, de 04 de junho, Emanuel Andrade v. STJ, Não-Admissão por Não-Correção Tempestiva das Deficiências de que o Recurso Padezia*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 56, 17 de junho de 2024, pp. 1342-1347; 4.2, 4.2.1; *Acórdão 49/2024, de 06 de junho, Ludmila de Barros Almeida da Costa Baessa v. STJ, inadmissão por não-correção das deficiências de que o recurso padezia*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 56, 17 de junho de 2024, pp. 1347-1352; 5)

3. Além disso, é evidente que, mesmo que os recorrentes tivessem aclarado a conduta, conforme às determinações do *Acórdão 78/2024*, prolatado por esta Corte, o presente recurso não teria grande margem para ser admitido, porquanto:

3.1. Através da peça do aperfeiçoamento, os recorrentes afirmam que terão abdicado do pedido de reparação, em contramão com o estipulado no artigo 3º n.º 1 als. a) e c);

3.2. Porém, este pressuposto não é facultativo, determinando a lei que qualquer opção que o negligencie conduza à inadmissão do recurso. Destarte, não parece a este Tribunal que o pressuposto especial e insuprível de pedido de reparação foi cumprido pelos recorrentes, inabilitando esta Corte Constitucional a conhecer a questão no mérito (*Acórdão 14/2018, de 28 de junho, Edmir de Barros e Outros v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, de 20 de julho de 2018, d); *Acórdão 21/2018, de 16 de outubro, Edmir Smedo v. Diretor da Cadeia Central da Praia e Ministra da Justiça*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 68, de 25 de outubro de 2018, d); *Acórdão 04/2019, de 24 de janeiro, Eduina Ferreira v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, de 13 de março de 2019, d); *Acórdão 21/2019, de 27 de junho de 2019, Edgar Silva v. TRB*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 79, de 22 de julho de 2019, d); *Acórdão 22/2019, de 27 de junho, Elton Dias v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 79, de 22 de julho de 2019, d); *Acórdão 25/2019, de 1 de agosto, Eder Yanick v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 26 de setembro de 2019, d); *Acórdão 40/2019, de 11 de outubro, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, de 14 de janeiro de 2020, d); *Acórdão 44/2019, de 20 de dezembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, de 14 de janeiro de 2020, d); *Acórdão 47/2019, de 31 de dezembro, Adnilson Montrond v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 14, de 4 de fevereiro de 2020, d); *Acórdão 04/2020, de 14 de fevereiro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, de 3 de março de 2020, d); *Acórdão 07/2020, de 6 de março, Sanou Moussa v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, de 23 de julho de 2020, d); *Acórdão 26/2022, de 24 de junho, Anilton Vieira e Leocádio da Veiga v. STJ*, Rel: JCP

Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 94, de 28 de setembro de 2022, d)). *Acórdão 10/2023, de 14 de fevereiro, Elisandro Moreira e outros v. STJ, Inadmissão por Ausência de Pedido de Reparação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 13 de março de 2023, pp. 702-707; 8.3.2, *Acórdão 12/2023, de 20 de fevereiro, Rui Vicente v. STJ, Inadmissão por Ausência de Pedido de Reparação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 26, 15 de março de 2023, pp. 718-723; 8.3.2, *Acórdão 16/2023, de 01 de março, Nataniel da Veiga v. STJ, Inadmissão por Não-Imputabilidade de Conduta ao Órgão Judicial Recorrido e por Ausência de Pedido de Reparação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 26, 15 de março de 2023, pp. 736-742; 8.3.2, *Acórdão 60/2023, de 26 de abril, Amadeu Oliveira v. STJ, Inadmissão Por Ausência de Pedido de Reparação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 57, 22 de maio de 2023, pp. 1254-1260; 8.3.2, *Acórdão 80/2023, de 12 de maio, Adilson Batista v. STJ, Inadmissão por Não-Imputabilidade de Atos Impugnados ao Acórdão Recorrido e Ausência de Pedido de Reparação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 59, 25 de maio de 2023, pp. 1340-1345; 6.3, *Acórdão 90/2023, de 07 de junho, Ednilson Garcia v. STJ, inadmissão por ausência de pedido de reparação dos direitos, liberdades e garantias*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 66, 15 de junho de 2023, pp. 1428-1434; 8.3.2, *Acórdão 104/2023, de 22 de junho, António Tavares v. STJ, Inadmissão por ausência de pedido de reparação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 75, 13 de julho de 2023, pp. 1452-1458; 8.3.1, *Acórdão 109/2023, de 28 de junho, Hélder da Lomba v. TRS, Inadmissibilidade Por Não-Atributibilidade de Condutas ao Órgão Judicial Recorrido e por Ausência de Pedido de Reparação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 75, 13 de julho de 2023, pp. 1478-1486; 8.3.1, *Acórdão 117/2023, de 10 de julho, José Cardoso e Maria Moreno v. TRS, Inadmissão por Não-Atributibilidade de Violação ao Órgão Judicial Recorrido; por Não-Esgotamento de Todas as Vias Legais e por Ausência de Pedido de Reparação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 81, 1 de agosto de 2023, pp. 1602-1609; 8.3.1, *Acórdão 167/2023, de 26 de outubro, Klisman Lopes v. STJ, Inadmissão por Ausência de Pedido de Reparação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 122, 30 de novembro de 2023, pp. 2432-2436; 2.3.4, *Acórdão 174/2023, de 24 de novembro, Felisberto Furtado v. STJ, Inadmissão por Ausência de Pedido de Reparação e por manifesta inexistência de*

violação de direito, liberdade e garantia, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 122, 30 de novembro de 2023, pp. 2489-2496; 8.3.1,

3.3. Determinando a inadmissão do recurso de amparo por não correção da peça em relação à identificação da conduta impugnada e, por também estar em causa um pressuposto insuprível: o pedido de reparação.

4. Na sua petição de recurso os recorrentes requereram ainda que lhes fosse concedida medida provisória, mandando que sejam restituídos imediatamente à liberdade;

4.1. A este respeito, o Tribunal já havia fixado orientação no sentido de que existe uma relação indissociável e instrumental entre o amparo destinado a remediar situações de violação de direitos, liberdades e garantias e as medidas provisórias requeridas no âmbito dos mesmos autos (*Acórdão 08/2019, de 14 de fevereiro, João Batista Delgado v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 29, de 14 de março de 2019, p. 509-511, II.).

4.2. A mesma orientação foi adotada, sem qualquer desvio, pelos seguintes arestos: *Acórdão 21/2018, de 16 de outubro, Cleidir Semedo v. Diretor da Cadeia Central da Praia e Ministra da Justiça*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 68, de 25 de outubro de 2018, p. 1648-1655; *Acórdão 04/2019, de 24 de janeiro, Eduina Ferreira v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, de 13 de março de 2019, p. 484-490, d); *Acórdão 22/2019, de 27 de junho, Elton Dias v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 79, de 22 de julho de 2019, p. 1227-1232, d); *Acórdão 40/2019, de 11 de outubro, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, de 14 de janeiro de 2020, p. 121-131, d); *Acórdão 44/2019, de 20 de dezembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, de 14 de janeiro de 2020, p. 151-155, d); *Acórdão 26/2020, de 09 de julho, Vanda de Oliveira v. TJCSV*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, de 23 de dezembro de 2020, p. 2152-2157; *Acórdão 28/2020, de 24 de julho, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, de 23 de dezembro de 2020, p. 2168-2172, d); *Acórdão 57/2020, de 27 de dezembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 16, de 12 de fevereiro de 2021, p. 565-573, d); *Acórdão*

29/2021, de 03 de junho, *António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim oficial* N. 88, de 16 de setembro, p. 2264-2270, d); *Acórdão 34/2021, de 11 de junho de 2021, Anilson Silva v. CSMJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim oficial* N. 88, de 16 de setembro, p. 2299-2305, d); *Acórdão 40/2021, de 14 de setembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 15 de outubro de 2021, p. 2571-2579, III; *Acórdão 41/2021, de 14 de setembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 15 de outubro de 2021, p. 2580-2590, III; *Acórdão 45/2021, de 06 de 22 outubro, Amadeu Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 15 de outubro de 2021, p. 2604-2610, III, *Acórdão 51/2021, de 25 novembro, Pedro Veiga v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 5, de 17 de janeiro de 2022, p. 95-99, III, *Acórdão 56/2021, de 06 de dezembro, Ognochukwo Barros v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 5, de 17 de janeiro de 2022, p. 121-126, III.; *Acórdão 12/2022, de 8 de março, António Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 30, de 5 de abril de 2022, p. 909-916, III.; *Acórdão 18/2022, de 19 de abril, Ivan Jorge Fernandes v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 65, de 1 de julho de 2022, p. 1590-1596, III; e *Acórdão 39/2022, de 28 de outubro, Tecnicil Imobiliária v. PGR*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n.º 2, de 5 de janeiro de 2023, p. 42-49, III.

4.3. Do que decorre que a não-admissão do recurso de amparo, prejudica a avaliação do pedido de decretação de medida provisória, o qual, em tais casos, deve ser, sem mais, liminarmente rejeitado.

5. Conforme indicação dos recorrentes na observação inserta na sua peça de aperfeiçoamento no *Acórdão 78/2024, de 02 de outubro, Autos de Amparo 31/2024, Ednilson Vaz dos Reis e Edmilson Mendes Tavares v. STJ, Aperfeiçoamento por deficiente indicação das condutas impugnadas, omissão de junção de documento essencial à aferição da admissibilidade do pedido*, Rel: JCP Pina Delgado,

5.1. Atribui-se erradamente referência ao artigo 1º, número 4, do Código de Processo Penal à argumentação que desenvolveram, quando a remissão correta seria para o artigo 1º, parágrafo quarto, do Código Penal.

5.2. E assiste-lhe razão neste particular.

5.3. Pelo que fica nestes termos feita a retificação desses segmentos do aresto do Tribunal Constitucional.

III. Decisão

Pelo exposto, os juízes do Tribunal Constitucional reunidos em plenário decidem não admitir o recurso de amparo, ordenando o seu arquivamento, por falta parcial de aperfeiçoamento de deficiências de que o recurso padecia e ausência de pedido de reparação, e negando a concessão das medidas provisória requeridas.

Registe, notifique e publique.

Praia, 24 de outubro de 2024

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 24 de outubro de 2024.

O Secretário,

João Borges